

Custos de Contexto Transfronteiriços para as Empresas

No âmbito das comemorações do dia da Europa e da Presidência da Comunidade de Trabalho Região Centro – Castilla y León (CT CENCYL), a CCDRC organizou um workshop sobre o tema dos «Custos de contexto transfronteiriços para as empresas», que decorreu em Coimbra, no dia 12 de Maio de 2011.

Com a realização deste workshop a CCDRC pretendeu promover um debate/reflexão sobre os custos públicos de contexto transfronteiriço (obstáculos de natureza administrativa à actividade das empresas no mercado ibérico), para o que contou com a presença de representantes de organismos públicos ligados à actividade empresarial de Portugal (como a AICEP, o IAPMEI e a Agência para a Modernização Administrativa) e de Espanha, de associações empresariais – nacionais e regionais – mas também e principalmente de empresários.

Das conclusões deste workshop, destacam-se as principais áreas onde foram identificados custos de contexto transfronteiriços para as empresas:

1. Licenciamento de empresas

Em territórios contíguos na fronteira têm um impacto acrescido as assimetrias existentes em termos de níveis de burocracia e de prazos relacionados com o licenciamento da actividade empresarial. Por exemplo, um estudo realizado em 2005 evidenciava algumas discrepâncias entre Portugal e Espanha: a criação de uma empresa implicava, em Portugal, 11 procedimentos para um timing de 54 dias quando em Espanha, para situação equivalente, os procedimentos eram 10 e demoravam 24 dias (a média da OCDE era de 19 dias). Nos últimos anos têm sido concretizados alguns avanços em Portugal, nomeadamente com a criação do balcão do empreendedor, do balcão único online ou a iniciativa «licenciamento zero», que vêm contribuir para a redução destes custos.

2. Transposição de directivas comunitárias

A transposição das directivas comunitárias nem sempre é feita ao mesmo tempo nos vários países europeus, pelo que não resulta sempre numa eliminação de barreiras resultantes de diferentes legislações nacionais. Pelo contrário, muitas vezes são mesmo transpostas de forma diferente para as legislações nacionais, o que tem implicações nas relações bilaterais, em particular entre países vizinhos.

3. Fiscalidade

Embora seja uma área complexa e difícil, se os dois Estados tiverem vontade, é possível atenuar o efeito das diferentes fiscalidades e mesmo definir medidas de harmonização. Os combustíveis são um exemplo paradigmático dos diferentes níveis de fiscalidade aplicados nos dois países e do seu impacto no comércio fronteiriço.

4. Sistemas de incentivos

Os diferentes níveis de incentivos às empresas, entre Portugal e Espanha, constituem um factor de desequilíbrio e de desigualdade que é sentido com mais profundidade nas regiões de fronteira. Aproveitar ao máximo as margens de flexibilidade permitida pela Comissão Europeia podem ajudar a eliminar estes custos e aumentar os apoios disponibilizados às empresas.



Comunidade de Trabalho - Comunidad de Trabajo
Castilla y León - Região Centro de Portugal



COOPERACIÓN TRANSFRONTERIZA
ESPAÑA - PORTUGAL
COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA



Comemoração do
Dia da Europa

5. Mobilidade

Apesar do avanço conseguido nos últimos anos, a fronteira luso-espanhola ainda regista algumas carências de ligações rodoviárias transversais que assegurem uma permeabilidade equilibrada em toda a sua extensão. No caso concreto da região Centro, é fundamental melhorar a ligação do litoral da região à fronteira e a Espanha (nomeadamente através dos IC8, IC6 e IC31). A melhoria das condições de operação do transporte ferroviário transfronteiriço também se afigura como um elemento essencial para a permeabilização da fronteira.

6. Logística e intermodalidade

É necessário coordenar os sistemas logísticos dos dois países, em especial no que se refere às plataformas localizadas próximo da fronteira, e melhorar a intermodalidade e a integração dos sistemas de transporte, incluindo os portos atlânticos da região Centro.

7. Portagens nas auto-estradas

Se as portagens nas auto-estradas são inevitáveis, é necessário promover a difusão internacional de sistemas electrónicos, como a Via Verde, mas que estejam adequadamente compatibilizados em termos de cobrança, de modo a garantir total liberdade de circulação transfronteiriça.

8. Mercado ibérico de energia

Na conjuntura internacional actual, os preços da energia são um factor negativo na competitividade das empresas dos dois países. Implementar o mercado único de energia, já criado mas que ainda não funciona, é uma necessidade imperiosa.

9. Mercado de trabalho

As limitações e entraves à livre circulação de trabalhadores entre Portugal e Espanha são ainda uma realidade. Promover o reconhecimento mútuo de qualificações/competências e desenvolver medidas activas de incentivo ao emprego transfronteiriço (como a criação de bases de dados conjuntas da oferta de mão-de-obra e de emprego) são essenciais para reduzir os custos de contexto nesta área.

São estes alguns dos custos de contexto que a Junta de Castilla y León e a CCDRC, no âmbito da Comunidade de Trabalho Região Centro – Castilla y León (CENCYL), mas também em colaboração com as restantes regiões de fronteira entre Portugal e Espanha, pretendem aprofundar, através de um conjunto de iniciativas de estudo, discussão e apresentação de propostas para a sua eliminação, assegurando uma maior integração territorial e equilíbrio económico e social.